

PLANO EXECUTIVO ESTADUAL MARANHÃO



APRESENTAÇÃO

O tamanho do desafio da questão criminal e penitenciária no Brasil impõe esforços coordenados e conjuntos.

Com essa orientação e preocupado em oferecer soluções estruturantes e sustentáveis, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou um processo de formulação de propostas que sedimenta o Programa **Justiça Presente**. Este documento apresenta as bases e iniciativas gerais do Programa, além de refleti-las na realidade estadual. Para tanto, foi realizado um levantamento de informações junto aos Tribunais de Justiça, iniciada uma escuta qualificada com cada Unidade da Federação e reunidas informações dos órgãos nacionais que possibilitaram estabelecer subsídios para um diagnóstico estadual e a construção do **Plano Executivo Estadual – 1ª Fase**.

Este documento é, portanto, resultado de uma elaboração coletiva do CNJ com o Tribunal de Justiça, especialmente representado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF), e será ajustado a partir do diálogo com os demais integrantes do Sistema de Justiça, do Executivo e da Sociedade Civil, durante as agendas de pactuação estaduais. Além disso, serão incorporadas informações das novas etapas de diagnóstico e de propostas previstas para a 2ª e 3ª fase do Programa (junho e julho de 2019, respectivamente).

O desenvolvimento deste Programa contará com a liderança do DMF, nacionalmente, e do GMF, localmente, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

CONTEXTO NACIONAL

O Estado de crise do sistema prisional é uma realidade. Episódios de negligência e barbárie que chocam a sociedade mostram apenas um fragmento de problemas estruturais graves, cujo enfrentamento exige mudanças sistêmicas e coordenadas que vão além dos esforços de uma única gestão.

A população prisional do país triplicou em apenas 16 anos – em 2016, chegamos a 726 mil¹ pessoas privadas de liberdade, subindo à terceira posição entre os maiores encarceradores do mundo. Importante destacar que estamos na contramão mundial, uma vez que Estados Unidos, China e Rússia, que também ocupam o topo do ranking, vêm reduzindo suas populações prisionais nos últimos anos.

¹ Últimos dados nacionais consolidados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

O inchaço desordenado da massa carcerária no Brasil é ainda mais dramático considerando a baixa capacidade de resposta do Estado, agravada pela crise fiscal que atinge as unidades da federação. De acordo com dados do Ministério da Justiça, seriam necessários R\$ 25 bilhões em sete anos apenas para absorver esse crescimento, sem falar nas dificuldades relativas a recursos humanos, pois faltam profissionais e capacitação adequada para ampará-los.

Como consequência dos problemas estruturantes, a gestão cotidiana dos serviços penais enfrenta uma perda de controle interno, com violações sistemáticas de direitos, comprometimento da individualização da pena, déficit de gestão e falta de transparência, conjunto classificado como 'Estado de coisas inconstitucional' pelo Supremo Tribunal Federal. Massacres e rebeliões se tornam cada vez mais comuns e a alta mortalidade dentro dos presídios – há seis vezes mais chances de morrer na prisão sob custódia do Estado – mostra que estamos cada vez mais longe de um sistema que deveria reintegrar.

O saldo dessa narrativa tem repercussão direta na segurança pública, uma vez que o caos nos presídios é um dos fatores responsáveis pelo crescimento e fortalecimento de facções criminosas que buscam a desestabilização social. Vivemos um quadro de violência estrutural, onde soluções racionais baseadas em evidências acabam preteridas por propostas emergenciais que respondem à cultura do medo, mas poucos efeitos têm para enfrentar a situação de forma eficiente e sustentada.

Enquanto isso, Judiciário e Executivo estão sobrecarregados e torna-se cada vez mais difícil justificar os altos gastos para manter um sistema majoritariamente disfuncional – a média nacional para manter um preso é de R\$ 2,2 mil, enquanto o salário mínimo aprovado em 2019 é de R\$ 998. A pressão por melhorias vem de diferentes frentes, incluindo organismos internacionais, órgãos jurisdicionais, normativos e de controle e da própria sociedade, resultando em perda de credibilidade para o Judiciário e prejuízos políticos para o Executivo.

A partir desse quadro, fica evidente que é impossível superar o estado de crise do sistema prisional se não enfrentarmos suas causas, enraizadas em adversidades estruturais de longa data. É preciso olhar simultaneamente para todos os gargalos da execução penal, que incluem uma maior atenção à porta de entrada para evitar o encarceramento excessivo e penas desproporcionais; às prisões disfuncionais que prejudicam uma execução penal eficiente; e à porta de saída que nega a possibilidade de reintegração ao negar oportunidades. É preciso, ainda, enfrentar a má gestão da informação e a normalização da marginalização e violência que incidem em todo o ciclo penal.

JUSTIÇA PRESENTE

É neste contexto que o Conselho Nacional de Justiça apresenta o Programa **Justiça Presente**, voltado ao fortalecimento de uma política de Estado que se propõe a enfrentar o quadro de inconsistência estrutural vivido pelo sistema carcerário, cujo impacto limita o exercício da atividade jurisdicional. Ele é também resultado do engajamento do **Departamento Penitenciário Nacional** do Ministério de Justiça e Segurança Pública que acordou ações e realizou um aporte financeiro para o desenvolvimento de estratégias para promover a redução da superlotação e superpopulação Carcerária no Brasil, com enfoque

nas políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica de pessoas; o aprimoramento da base de dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), por meio de aperfeiçoamento e interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); e, a promoção de documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica.

Entre os principais diferenciais do programa, estão a preocupação com todo o ciclo penal, a consolidação de experiências anteriores exitosas do CNJ e o desenho de intervenções customizadas à realidade de cada estado, construídas em estreita colaboração com os atores locais para garantir a efetividade e sustentabilidade das soluções. Além disso, o protagonismo do Judiciário é incentivado na mesma proporção da construção de redes envolvendo os demais atores da execução penal, como Executivo e sociedade civil.

O programa está dividido em **quatro eixos de atuação**: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadanias; e sistema socioeducativo. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da federação.

Para melhor assimilação das atividades pelos atores locais, o programa foi dividido em **três fases de implantação**, que terão início em março, junho e julho de 2019 e se prolongarão até o encerramento do programa, previsto para julho de 2021.

Na primeira fase, serão priorizados a informatização dos processos de execução penal por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), a identificação biométrica, a emissão de documentos para pessoas privadas de liberdade, a atenção às pessoas egressas, as iniciativas para inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento das audiências de custódia, das políticas de alternativas penais e da monitoração eletrônica.

A segunda fase ativará mutirões carcerários em processos informatizados, Centrais de Vagas para aperfeiçoar o controle da legalidade das penas e medidas, práticas restaurativas e a melhoria e aperfeiçoamento dos serviços e dos mecanismos de controle das políticas oferecidas às pessoas presas. Por fim, a terceira fase investirá em ações de atenção ao sistema socioeducativo.

O programa **Justiça Presente** foi consolidado por meio de um acordo cooperação técnica firmado entre o CNJ e o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, em novembro de 2018. As atividades que objetivam fortalecer o Estado brasileiro para enfrentar o estado de crise no sistema prisional e socioeducativo têm estreita ligação com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**, em particular o Objetivo 16, cujo tema é 'Paz, Justiça e Instituições Eficazes'.

CONTEXTO ESTADUAL²

Dados sobre encarceramento do estado

Em janeiro de 2019, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária local, havia 11.526 pessoas presas no Maranhão, distribuídas em 44 unidades prisionais. O estado compunha, então, uma taxa de 162 presos para cada grupo de 100.000 habitantes³. Deste universo, 44% das pessoas privadas de liberdade aguardavam sentença do juiz, número próximo ao relativo a todo o cenário nacional. Em adição, estavam disponíveis 8.531 vagas nos estabelecimentos carcerários locais, de modo que o estado apresentava uma taxa de ocupação de cerca de 135%.

Aproximadamente 3% das pessoas privadas de liberdade no estado em janeiro de 2019 eram mulheres. Isto é, havia dez presas para cada grupo de 100.000 pessoas do sexo feminino na população maranhense⁴.

Segundo o INFOPEN (2017), no primeiro semestre de 2016, ocorreram aproximadamente 25 mortes para cada 10.000 presos no Maranhão. Boa parte foi ocasionada por questões naturais – 16.9 óbitos para cada 10.000 presos, seguida de questões criminais – 5.2 mortes para cada 10.000 presos - e suicídios – 2.6 mortes para cada 10.000 presos.

Entre 2011 e 2013, o DEPEN, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, disponibilizou ao estado recursos na ordem de R\$7.024.199,50 para contratação de obras, cujo objetivo era gerar 312 vagas nos estabelecimentos penais locais. Entretanto, todas estão atualmente paralisadas. Já entre 2011 e 2016, foram fornecidos R\$4.064.072,69 para aparelhamento do sistema prisional, sendo R\$2.602.776,00 voltados à aquisição de veículos e R\$1.461.296,69 à segurança eletrônica. Além disso, foram feitos repasses via governo federal para execução de atividades de saúde, educação, entre outras ações.

² Fonte: Dados INFOPEN 2017; Dados INFOPEN Mulheres 2018; Dados CNJ sobre audiências de custódia; Atas das reuniões realizadas entre o CNJ e os Tribunais de Justiça estaduais; Formulários formulados pelo CNJ e enviados aos Tribunais de Justiça estaduais, recebidos em janeiro de 2019; Planilha com resumo de todos os convênios estabelecidos entre o DEPEN e os estados, relativos ao desenvolvimento das Centrais de Alternativas Penais e as Centrais de Monitoração Eletrônica 2018.

³ Com base na projeção população do IBGE disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 28/02/2019.

⁴ Idem.

Sobre a gestão da informação

Conforme o Tribunal de Justiça local, o Maranhão apresentava em janeiro de 2019, 108 Varas de Execuções Penais, quatro com competência privativa e 104 com competência cumulativa. Nestes espaços, atuam 108 juízes e 864 servidores. Todos são responsáveis por 24.219 processos, sendo que 18% tramitavam em meio físico e 82% em meio eletrônico.

Atualmente, todo o sistema penitenciário maranhense utiliza o Sistema de Informação e Inteligência de Segurança Penitenciária (SIISP), cujo efeito é controlar a documentação das pessoas presas de maneira célere e de forma mais confiável.

Sobre a biometria e a documentação civil das pessoas privadas de liberdade

O estado realiza a coleta biométrica das pessoas privadas de liberdade sem carteira de identidade, no Instituto de Identificação/Secretaria de Segurança Pública do Maranhão do Centro de Observação Criminológica e Triagem, localizado no Complexo Penitenciário de São Luís. O procedimento é feito *on-line*, na entrada da pessoa custodiada no Complexo. Tal biometria alimenta a base de dados do Instituto de Identificação. Entretanto, o Maranhão está implantando um sistema para integrar as bases de dados da Secretaria de Administração Penitenciária, da Secretaria de Segurança Pública e do Tribunal de Justiça estaduais.

Em adição, ao entrar no sistema prisional, o preso é atendido por uma equipe de assistentes sociais da unidade prisional que identifica, entre outras questões, a sua demanda por documentação. Neste mote, o Tribunal de Justiça local indicou que 56.87% dos presos confeccionaram a carteira de identidade e 40,56% obtiveram o CPF em 2018.

Ainda, desde 2012, foi estabelecido o “Programa Começar de Novo” que tem como um de seus focos de ação a regularização da documentação civil básica da população privada de liberdade e egressa. Até o momento, já foi viabilizada a emissão de 8.239 documentos, como, por exemplo, RG, CPF, Certidão de Nascimento, CDI e Título de Eleitor.

Sobre as audiências de custódia

Segundo dados do CNJ⁵, entre outubro de 2014 e junho de 2017, foram realizadas 4.327 audiências de custódia no estado, das quais 54.33% resultaram na conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva e 45.67% na concessão da liberdade provisória. Deste universo, para 2% dos casos houve alegação de tortura ou maus tratos cometidos por agentes de segurança pública durante a prisão em flagrante, bem como para menos de 1% foi realizado o encaminhamento do custodiado ao serviço social.

O Judiciário local informou que as audiências de custódia ocorrem no Fórum Criminal, que tem uma vara específica para a realização dessas audiências, onde estão lotados cinco juízes. Em adição, há uma resolução estadual que determina a obrigatoriedade das audiências em municípios com mais de 100.000 habitantes. Por outro lado, o Tribunal de Justiça estadual também informou ao CNJ quais comarcas não realizam as audiências de custódia. São elas: Alcântara, Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Anajatuba, Araióses, Arame, Arari, Bacuri, Barreirinhas, Bequimão, Bom Jardim, Brejo, Buriti Bravo, Buriticupu, Cantanhede, Carolina, Carutapera, Chapadinha, Colinas, Cururupu, Cândido Mendes, Dom Pedro, Esperantinópolis, Estreito, Governador Eugênio Barros, Governador Nunes Freire, Grajaú, Guimarães, Humberto de Campos, Icatú, Igarapé Grande, Itinga do Maranhão, Joselândia, João Lisboa, Lago da Pedra, Loreto, Magalhães de Almeida, Maracaçumé, Matinha, Matões, Mirador, Mirinzal, Montes Altos, Monção, Morros, Olho D'Água das Cunhãs, Olinda Nova do Maranhão, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, Paulo Ramos, Penalva, Pindaré-Mirim, Pio XII, Porto Franco, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Riachão, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, Santo Antônio dos Lopes, Senador La Roque e Sucupira do Norte.

Nas comarcas onde há audiências de custódia, estas ocorrem todos os dias da semana, incluindo sábado e domingo, em regime de plantão. Nas Centrais de Inquérito, são realizadas durante oito horas por dia. Entretanto, o Judiciário local assinalou como dificuldade a falta de espaço físico das comarcas, a não expansão da Defensoria Pública por todo o estado e, ainda, a carência de recursos humanos se constituem como entraves à realização dessas audiências.

O Poder Executivo realiza alguns encaminhamentos de pessoas que passaram pelas audiências de custódia a serviços públicos. Geralmente, os mais realizados seriam o direcionamento do indivíduo a atendimento médico e psiquiátrico, bem como a condução ao IML para a realização de exame de corpo de delito.

Sobre a política de alternativas penais

⁵ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>. Acesso em 01/03/2019.

A Central de Alternativas Penais e Integração Social foi inaugurada no Maranhão em dezembro de 2018. Abrange serviços de acompanhamento de pessoas em situação de alternativas penais e a monitoração eletrônica, além de dispor de uma equipe de assistência as pessoas egressas. Neste mote, foi firmado o Convênio nº 250 de 2015, voltado a implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no estado, que contou com o repasse de R\$ 2.628.278,35.

Sobre a política de monitoração eletrônica

O estado dispõe de central de monitoração eletrônica em funcionamento em todas as suas comarcas. Esse tipo de mecanismo é destinado a presos em liberdade provisória, bem como a pessoas em cumprimento do regime aberto, semiaberto e de medida protetiva. De fato, em 2014 foi firmado entre a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária e o DEPEN o convênio 001, voltado a Implantação do Centro de Monitoração Eletrônica de Presos Provisórios, População Carcerária Vulnerável e Cumpridores de Medida Cautelar Diversa da Prisão em São Luís⁶. Este englobou um repasse no valor de R\$ 900.000,00. A empresa SPACECOM fornece o serviço de monitoração eletrônica.

Neste sentido, em dezembro de 2018, estavam sendo utilizadas 1.240 tornozeleiras eletrônicas. O controle delas é realizado através de uma central de monitoramento, gerida pela Supervisão de Monitoramento Eletrônico, que se encontra integrado ao escopo de atuação da Central de Alternativas Penais e Integração Social.

Segundo dados do Diagnóstico Nacional da Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas publicado pelo DEPEN em parceria com o PNUD⁷, em 2017, havia 2.319 pessoas monitoradas no Maranhão naquele ano. Desse montante, temos a seguinte divisão: na execução penal - 148 pessoas monitorada em regime semiaberto em prisão domiciliar; 25 pessoas monitoradas no regime aberto em prisão domiciliar; 1.264 pessoas monitoradas em outras modalidades não informadas; na instrução penal – 867 pessoas monitoradas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão; 15 pessoas monitoradas no caso de medidas protetivas de urgência.

Sobre as políticas para pessoas egressas e para a inserção produtiva de pessoas presas e egressas do sistema prisional

A política de atendimento à pessoa egressa está em fase de elaboração no âmbito do Executivo Estadual. Contudo, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária informa ofertar serviços às pessoas egressas que favorecem à inserção social, tais como: 1) Atendimento individualizado de assistência social e psicológica para levantamento de necessidades e posterior encaminhamento para rede de apoio (pública, privada e do terceiro setor); 2) Encaminhamento

⁶ Nº DEPEN - 001/2014. Nº SICONV - 801339/2014. Nº SEI - o 8016.001753/2014-89.

⁷ Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/paz/> Acesso em 04 abr 2019.

para casas de acolhida; 3) Emissão de passagens rodoviárias para deslocamento das pessoas egressas para os municípios de origem; 4) Cadastramento no Sistema Nacional de Emprego (SINE); 5) Orientação profissional; 6) Oferta de cursos de capacitação profissional nas modalidades presencial e a distância; 7) Encaminhamento a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social para facilitar o cadastro no CAD Único e no Bolsa Família, além de outras políticas públicas.

O Executivo, em parceria com órgãos do sistema de justiça, também desenvolve a Supervisão de Integração Social, instalada na Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS). Este serviço é realizado via Coordenação do Serviço de Atenção ao Egresso e a Família (AEF) e a Coordenação de Reintegração e Monitoramento de Egresso (RME). Nestas unidades, as equipes multiprofissionais identificam as demandas da população egressa e de seus parentes, fornecendo encaminhamentos, inclusive, orientando para o acesso a outros programas voltados a questão prisional, como os desenvolvidos pelo Judiciário local.

Neste mesmo mote, o Judiciário desenvolve ações do Programa “Começar de Novo”, implantado desde 2010. Com a criação da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, foi criada a Divisão desse Programa, dotada de equipe que desenvolve ações como acesso à documentação civil básica, articulação para inclusão em cursos de qualificação e inserção no mercado de trabalho via sistema S.

No que tange a este último ponto sobre a inserção do egresso no mercado de trabalho, foi editada a Lei 91.116 de 2010, alterada pela Lei Estadual 10.182 de 2014, que determina a obrigatoriedade da disponibilização de vagas nas licitações realizadas pelo Maranhão para esse grupo de pessoas, cumpridoras de medidas alternativas e em livramento condicional. Ademais, o Programa Começar de Novo desenvolve ações destinadas ao cumprimento dessa normativa.

PLANO EXECUTIVO – FASE 1

AGENDA DE PACTUAÇÃO – 20, 21 E 22 DE MAIO

PONTO FOCAL GMF: DR. JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO

COORDENADOR ESTADUAL: CLÁUDIA GOUVEIA

Considerando a etapa preliminar de diagnóstico do estado, é proposta a seguinte Agenda de Pactuação. Esta agenda será um marco importante de estruturação da próxima etapa de trabalho no estado, que contará com o apoio do CNJ e do PNUD em sua execução.

	Ações	Prazo	Responsáveis Locais	Responsáveis CNJ/PNUD	Meta
SEEU	Fase pré-operacional: chegada de equipe inicial CNJ para definição de agenda de trabalho e configurações técnicas para quando da chegada da equipe de implantação	Julho/2019	GMF Servidores DTI	Juíz externo Núcleo Implantação SEEU	✓ SEEU 100% implantado e integrado aos demais sistemas
	Fase pré-operacional: digitalização dos processos de execução penal	Julho/2019 – Agosto/2019	Servidores locais	Núcleo Implantação SEEU	
	Fase operacional: chegada da equipe externa e início do trabalho de cadastramento dos processos	Agosto/2019	GMF Servidores locais	Equipe externa (1 juiz e 10 servidores)	
	Fase operacional: início do trabalho de implantação dos processos, contando com equipes locais e remotas	Agosto/2019 – Setembro/2019	GMF Servidores locais	Equipe externa (1 juiz e 10 servidores) Equipe Remota	
	Fase operacional: treinamento de parceiros para utilização do SEEU (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB)	Agosto/2019 – Setembro/2019	-	Equipe externa (1 juiz)	
	Fase pós-operacional: continuidade do processo de implantação, contando com equipes remotas	Setembro/2019 – Dezembro/2019	Servidores selecionados	Equipes remotas	

Biometria / Documentação civil	Recebimento dos kits de coleta biométrica no Tribunal de Justiça do Estado	Janeiro/2020	GMF	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	<p>✓ Fluxo de coleta de biometria de PPL implantado</p> <p>✓ Fluxo de emissão de documentação de PPL implantado</p> <p>✓ Dados da identificação biométrica das PPL disponíveis para o TJ e integrado ao SEEU</p> <p>✓ PPL com dados biométricos e documentação básica disponível</p> <p>✓ Servidores capacitados na coleta biométrica e na emissão de documentação civil das PPL</p>
	Realização de Capacitação centralizada dos servidores do Tribunal e da Secretaria de Justiça e Cidadania	Janeiro/2020	GMF e Secretaria de Justiça	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Pactuação da metodologia para distribuição dos kits para realização da coleta biométrica.	Janeiro e Fevereiro/2020	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Realização da Coleta Biométrica	Fevereiro/2020 a Maio/2020	GMF e Secretaria de Justiça	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Capacitar servidores que participarão da realização da emissão de documentação civil das pessoas privadas de liberdade, em observância aos fluxos definidos em Manual	junho/2020	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Realização de ações voltadas a emissão de documentação para pessoas privadas de liberdade em unidades prisionais, observando-se os fluxos definidos.	Junho/2020 ação contínua inserida na rotina da Administração Penitenciária	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Entregar documentos das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais	Julho/2020 ação contínua inserida na rotina da Administração Penitenciária	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	

Audiência de Custódia	Implantação do serviço de assessoria às audiências de custódia na Comarca da capital, assegurando infraestrutura de trabalho.	Junho/2019	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Coordenadora Estadual Assessor de Audiência de Custódia	✓ Assessoria de Audiência de Custódia implantada e em funcionamento.
	Aperfeiçoamento da gestão de dados e sistematização de informações sobre as audiências de custódia no estado.	Junho/2019 – julho/2020	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Assessor de Audiência de Custódia	✓ Diagnóstico sobre audiências de custódia realizado.
	Formação e fortalecimento de parcerias com a rede de proteção social local junto às audiências de custódia.	Junho/2019 – julho/2020	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Assessor de Audiência de Custódia Coordenadora Estadual	✓ Sistema de gestão de dados implementado.
	Realização de Altos Estudos com participação de profissionais do sistema de justiça em encontro regional.	Novembro/2019	GMF	Coordenação Eixo 1	✓ Rede de proteção social identificada e engajada com as AC.
	Realização de Altos Estudos com participação de profissionais do sistema de justiça em encontro nacional.	Março/2020	GMF	Coordenação Eixo 1	✓ Profissionais fortalecidos em Altos Estudos.
	Identificação de boas práticas em matéria de audiência de custódia.	Junho/2019 – Setembro/2020	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Assessor de Audiência de Custódia	✓ Boas práticas identificadas e fomentadas.
Alternativas Penais	* Possui Central Integrada de Alternativa Penais e Inclusão Social – não há atuação na AC (atendimento psicossocial também da ME)				
	Viabilização de convênios sem execução e outros recursos federais para Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP) com apoio de assessoria especializada.	Maio/2019 – julho/2020	Governo do Estado	Coordenadora Estadual Técnico em Projetos Estaduais	✓ Política estadual de alternativas penais conforme o Modelo de Gestão implantada.
	Identificação de boas práticas de alternativas penais no âmbito do Judiciário.	Maio/2019 – julho/2020	GMF	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1	✓ Serviços de alternativas penais fortalecido e alinhados aos parâmetros nacionais.
	Alinhamento com a CIAPIS, com capacitações e outros meios, conforme parâmetros nacionais.	Maio/2019 – Julho/2020	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual	
	Celebração de Acordo de Cooperação Técnica e Grupo Gestor Local para	Julho/2019 – Dezembro/2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1	

	fortalecimento da política estadual de alternativas penais.				
Monitoração Eletrônica	Viabilização de convênios e outros recursos federais da Central de Monitoração Eletrônica (CME) com apoio de assessoria especializada.	Mai/2019 – Dezembro/2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Técnico em Projetos Estaduais Coordenação Eixo 1	✓ Política estadual de monitoração eletrônica fortalecida conforme o parâmetros nacionais
	Alinhamento da política estadual de monitoração eletrônica visando seu aprimoramento.	Mai/2019 – Dezembro/2019	GMF + CME	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1 Especialista Monitoração Eletrônica	
	Aperfeiçoamento da CME no estado com capacitações e outros meios, conforme parâmetros nacionais.	Julho/2019 – Dezembro/2019	GMF + CME	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1 Especialista Monitoração Eletrônica	
Atenção às pessoas egressas	Mapeamento dos equipamentos sociais e organizações não governamentais atuantes no território, realizando recorte das políticas e da rede de atendimento específicos para a inserção de grupo mais vulneráveis (população negra, mulheres, LGBTQI+, estrangeiros e grupos étnicos, pessoas com transtornos mentais, idosos)	Março de 2019	GMF + Governo Municipal e do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 3	✓ Porta de saída do sistema prisional qualificada ✓ Serviço de atenção às pessoas egressas do sistema prisional implantado
	Apresentação do Módulo I da modelagem do Escritório Social e identificação dos responsáveis locais.	Março de 2019	GMF + Governo Municipal e do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 3	
	Implementação do Escritório Social, por meio da articulação da rede social, poder judiciário e poder executivo e de assinatura de instrumentos formais de parceria.	Dezembro de 2019	GMF + Governo Municipal e do Estado	Coordenadora Estadual	

	Realização dos cursos de formação das metodologias de singularização e de atendimento a pre-egressos, voltados aos diversos atores das políticas penais, em coordenação com a Escola Penitenciária Estadual.	Junho de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3	
Inserção produtiva	Identificação de boas práticas de inserção laboral intra-muros, com destaque para práticas que contribuam para a inserção de grupo mais vulneráveis (população negra, mulheres, LGBTQI+, grupo étnicos, pessoas com transtornos mentais, idosos)	Março de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 3	✓ Oportunidades de trabalho e renda para as pessoas presas e egressas do sistema prisional ampliadas
	Elaboração de planos estaduais sobre trabalho no sistema prisional, tendo como subsídios o Decreto Nacional nº 9450, abrangendo diagnósticos, metas, estratégias de qualificação profissional, oferta de vagas e mecanismos de controle e fiscalização dos contratos, considerando os marcadores de diferenças	Junho de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual	
	Articulação com o setor produtivo por meio da Federação da Indústria e Comércio, avaliando status do convênio estabelecido com o TJ e a possibilidade de Acordo de Cooperação com o CNJ	Março de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3 Coordenador Estadual	
	Articulação do edital de chamamento visando à formação de parcerias para construção de espaços de trabalho em unidades prisionais por entes privados e públicos.	Outubro de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3 Coordenadora Estadual	
	Elaboração de portaria regulamentando a gestão da política de trabalho das pessoas privadas de liberdade e egressos,	Dezembro de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3	

	incluindo seleção e classificação, fluxo diário dos trabalhadores, formas de contratação e remuneração, entre outros).				
	Viabilização de convênios e outros recursos federais para PROCAPs e outras iniciativas produtivas com apoio de assessoria especializada.	Março/2019 – Setembro/2020	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Técnico em Projetos Estaduais Coordenação Eixo 3	

AGENDA DA MISSÃO – 20, 21 E 22 DE MAIO

EQUIPE: CARLOS VIEIRA VON ADAMEK, LUIS GERALDO SANT'ANA LANFREDI, RICARDO HORTA, MELINA MIRANDA, FELIPE ATHAYDE, FABIANA LEITE, FERNANDA CALDERARO E ANDRE LIMA

Data	Hora	Eixo	Atividade	Participantes Locais	Pauta
20/05	Manhã	Geral	Reunião com Cúpula Estadual (Presidência TJ, MP, DP, OAB, Conselho Penitenciário, Executivo, Legislativo)	Presidência TJ; GMF; Governador do Estado, Secretários de Estado, Procurado-Geral, Defensor-Geral, Presidente de OAB, Presidente de Conselho Penitenciário, Presidente da Assembléia, outros que a UF achar oportuno)	✓ Apresentar o Programa CNJ/PNUD e pactuar parceria.
		Eixo 1 e Eixo 4	Visita à Central de Monitoração Eletrônica	Coordenação e equipe técnica da Central	✓ Conhecer e iniciar articulações para fortalecimento do serviço. ✓ Dialogar sobre estrutura e contexto local da monitoração eletrônica, parâmetros aplicados etc.
		Eixo 3	Visita a Escola Superior de Magistratura	Coordenação da Escola Superior de Magistratura e atores envolvidos	✓ Articular possibilidades para formação nas temáticas do Programa.
	Tarde	Eixo 1 e Eixo 4 (biometria)	Reunião sobre audiências de custódia e alternativas penais na capital	Coordenação das audiências de custódia na capital; Juiz(a) responsável pela Vara de Penas Alternativas da capital	✓ Dialogar sobre estrutura e contexto local das audiências de custódia ✓ Dialogar sobre o acompanhamento das alternativas penais, particularmente as medidas cautelares
		Eixo 1	Acompanhamento das audiências de custódia na capital	Atores da audiência	✓ Assistir algumas audiências de custódia para entender o cenário local.

		Eixo 3	<p>Reunião para discussão de iniciativas voltadas ao empreendedorismo social de forma a contribuir para autonomia e emancipação individual, social e econômica das pessoas privadas de liberdade e egressas.</p>	<p>Representante do Coosema, Conselho da Comunidade, e Secretaria de Administração Penitenciária. Convidar :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto Ação Pela Paz Representante: Cláudia Cadernette Contatos: (11) 99621-1173 / claudia.cardenette@acaopelapaz.org.br 2. Instituto de Estudos Sociais e Terapias integrativas IESTI Representante: Psicólogo Aziz Santos Contatos: (98) 98706-1846 / azizaboudsantos@gmail.com 3. Faculdade LABORO Representante: Professora Sueli Tonial Pistelli Contatos: (61) 98123-6006 / (98) 3216-9900 / diretora@laboro.edu.br 4. Igreja Assembleia de Deus – Missão Marília SP / Campo Redenção Representante: Missionária Irmã Ilene Rubin Contatos: (98) 98707-3262 / mayara.arj@hotmail.com 5. Profª Drª Karina Biondi – Universidade Estadual do Maranhão: ka.biondi@gmail.com 6. Dr. Fernando Mendonça - 2ª VEP: 55 98 8821-4448 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dialogar sobre iniciativas de trabalho e egressos. ✓ Identificação de Ações existentes no Território
--	--	--------	--	--	---

21/05	Manhã	Eixo 1, 3 e 4	Reunião com a Secretaria de Administração Penitenciária	Secretário de Administração Penitenciária e equipe técnica - (i) administrativo-financeira, (ii) alternativas penais. (iii) monitoração eletrônica, (iv) reintegração social, (v) escola penitenciária, e (vi) conselho penitenciário.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dialogar sobre o status de Convênios, recursos fundo a fundo e outras fontes para Centrais Integradas de Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica. ✓ Dialogar sobre estrutura e contexto local da monitoração eletrônica, com questões direcionadas sobre parâmetros usados. ✓ Dialogar sobre iniciativas de trabalho e egressos. ✓ Dialogar sobre processos formativos a serem oferecidos pelo CNJ/PNUD.
	Tarde	Geral	Reunião sobre Plano Executivo Estadual	UMF	✓ Finalizar e acordar Plano Executivo.
	Final de tarde	Geral	Reunião interna com Coordenador Estadual	Equipe CNJ/PNUD e Coordenador Estadual	✓ Fazer alinhamento final sobre Plano de Trabalho do Coordenador Estadual no Estado.
22/05	Manhã	Eixo 3	Visita ao Complexo Penitenciário de São Luis	Administração do Complexo Penitenciário	✓ Fazer avaliação e mapeamento de áreas potenciais para a realização de oficinas da equipe da Humanitas
		Eixo 3	Visita à Cooperativas de pessoas egressas do sistema penitenciário	Representantes do COOSEMA	✓ Conhecer experiências e iniciativas de trabalho cooperado com pessoas egressas
		Eixo 1	Visita à Central de Alternativas Penais e Integração Social	Coordenação e equipe técnica da Central de Alternativas Penais e Integração Social	✓ Conhecer e iniciar articulações para fortalecimento do serviço
	Tarde	Eixo 3	Reunião com Secretário de Administração Penitencia	Secretário de Administração Penitenciária	✓ Articulação para parceria com a Humanitas para implantação de serviço modelo no estado do Maranhão